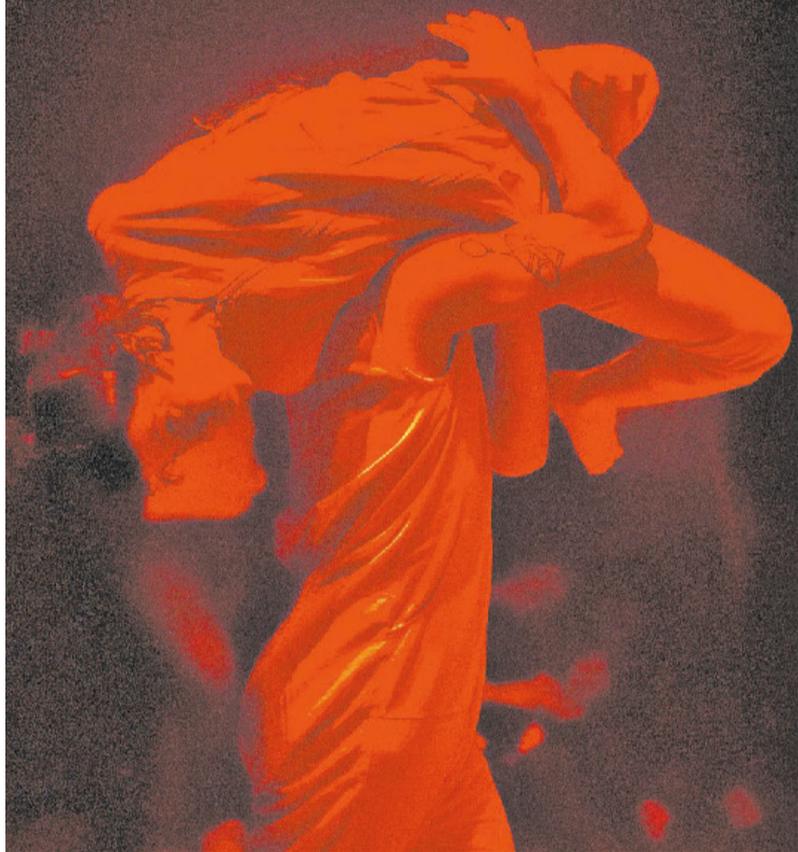


reportagem cultural

DEISE HAUENSTEIN/DIVULGAÇÃO/JC

Direções, metodologias e análises



Levantamento em torno das artes visuais do Estado será dividida em comitês

Priscila Pasko, especial para o JC *

O Mapeamento Setorial das Artes Visuais do Rio Grande do Sul será desenvolvido em cinco etapas, que estão distribuídas entre três comitês: o articulador, coordenado por Cristina Arns; o científico, sob o comando de Guilherme Mautone, ao lado de outros professores-pesquisadores das universidades gaúchas que contam com cursos de Artes Visuais em suas grades curriculares; e o comitê técnico, que ainda não definiu a coordenação.

Entre 2021 e 2022, foi realizado o primeiro movimento de articulação, no qual Cristina Arns contactou pesquisadores das universidades para compor o comitê científico, encarregado de construir as bases teóricas que delimitarão o mapeamento. Entre as universidades que deverão compor os comitês, estão a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), a Universidade Federal do Rio Grande (Furg), a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs), a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), a Universidade Federal de Pelotas (Ufpel), a Feevale, Universidade de Caxias do Sul (Ucs) e a Universidade de Passo Fundo (UPF). Nesta primeira fase, também foi feita a montagem da minuta, a articulação com pesquisadores, agentes culturais, órgãos do governo do Estado, instituições e o convite para que os interessados participassem dos debates nas plenárias do colegiado.

A partir de agora, parte-se para a segunda etapa: a forma-

tação do projeto na qual será apresentada a base teórica. A metodologia escolhida deve ser híbrida, ou seja, o uso da análise documental daqueles que já disputaram editais do Estado e das leis emergenciais, e pesquisa com entrevista.

Assim que os instrumentos de pesquisa estiverem prontos, Cristina inicia a aproximação com espaços de formação, de pesquisa, de exposição e comercialização. “A gente pretende chegar nos agentes individuais, não apenas nos artistas. Temos curadores, historiadores de arte, críticos. Não se trata de um catálogo de artistas”, enfatiza ela. O objetivo é localizar e saber quais tipos de práticas visuais ocorrem em todas as regiões do RS. O que será questionado nos formulários ainda está em discussão. Contudo, a própria comunidade pode se dirigir ao colegiado para sugerir. “Cada agente, no local em que se encontra, sabe das dificuldades e das decisões que foi obrigado a tomar em vista da realidade local.”

Na terceira etapa, a construção de testagem que está por ser definida será desenvolvida entre o primeiro e o segundo semestre. A quarta etapa envolve a coleta e compilação dos dados, culminando em um relatório estatístico. Por sua vez, na quinta etapa será feita uma análise destes resultados e as proposições que formularão indicadores, ou seja, um olhar sobre a realidade para dar início a ações de curto, médio e longo prazo.

O mapeamento pretende levantar dados de atuação profis-

sional de agentes individuais e institucionais nas nove regiões funcionais do RS. Para a professora e pesquisadora do Departamento de Artes Visuais da Ufrgs e integrante do Comitê Científico do mapeamento, Bruna Fetter, a partir disso será possível compreender melhor as aproximações e as diferenças entre as diferentes localidades. Bruna acredita que é preciso estar atento para aquilo que o mapeamento excluirá. “As lacunas das diferentes regiões nos contarão muito sobre o que deverá receber investimento: se em capacitação, estrutura institucional ou apoio por meio de editais.”

Como professora, Bruna enxerga no mapeamento possibilidades de colher importantes informações. “Isso permite, principalmente aos estudantes de artes e jovens artistas, vislumbrarem perspectivas de inserção e atuação profissionais variadas”, o que garantiria, conforme aponta a professora, subsistência e remuneração para além da representação por uma galeria, configurando diferentes possibilidades em suas trajetórias profissionais.

O Mapeamento Setorial das Artes Visuais que está sendo elaborado pode deixar um modelo a ser implementado pelas gestões futuras. É a intenção de Mautone. “Seria positivo que essa estrutura criada pelo colegiado com a sociedade civil pudesse ser repetido, replicado”. Não é a primeira pesquisa, pondera Mautone, mas é a que vai tentar contemplar informações em um aspecto mais amplo.

Estudos para potencializar as artes

Outras pesquisas ou tentativas de mapeamento já foram realizadas. Em 2022, o cientista político e pesquisador Tarson Núñez realizou um estudo sobre as cadeias produtivas das artes visuais. A iniciativa resultou em uma Nota Técnica publicada em novembro do ano passado pelo Departamento de Economia e Estatística. Neste estudo, ele buscou analisar os dados estatísticos disponíveis sobre as artes visuais, além de apresentar uma análise estrutural das relações do mundo das artes visuais com a economia. A nota pode ser acessada no site da Secretaria do Planejamento.

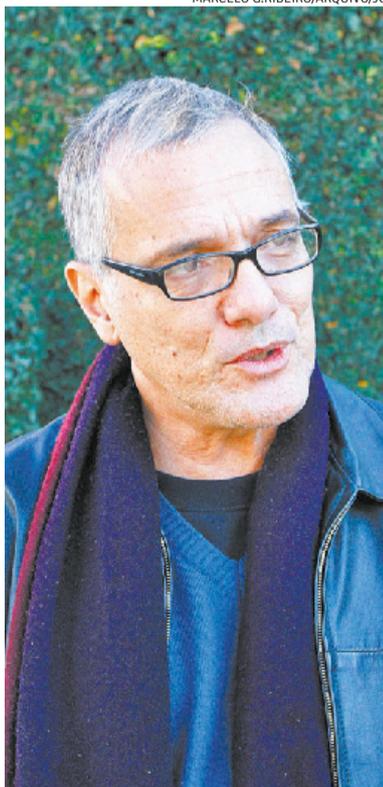
Para o cientista político, conhecer a realidade e ter à disposição bancos de dados estruturados sobre cada um dos setores da cultura é fundamental para pensar políticas públicas para o segmento. Por isso Núñez destaca o papel da esfera pública e das universidades. Porque a formulação de pro-

postas que sirvam para potencializar o papel econômico dos setores culturais depende do conhecimento que se tem dos agentes da cultura, quais são as suas necessidades e potencialidades.

No período em que a Historiadora da Arte Mel Ferrari assumiu a gestão como coordenadora do Colegiado Setorial de Artes Visuais do Rio Grande do Sul (2019-2021), uma das metas era a criação do Plano Setorial das Artes Visuais. No entanto, quando as discussões sobre a temática iniciaram percebeu-se que não existiam dados sobre o setor. “Como construir políticas públicas sem entender quem são esses agentes, onde eles se localizam e quais suas formas de trabalho?”, indaga Mel. Então um mapeamento online do setor foi implementado.

A metodologia foi discutida nas reuniões do pleno do colegiado e um formulário foi lançado para que pessoas atuantes nas

MARCELO G. RIBEIRO/ARQUIVO/JC



Tarson Núñez realizou estudo sobre cadeias produtivas das artes visuais

artes visuais do RS respondessem. Mel conta que o grupo imaginava que através das redes do colegiado seria possível atingir um grande número de pessoas, mas dois fatores comprovaram o contrário. “O primeiro é entender que o Estado é grande, e sem a ajuda de instituições locais não chegaríamos a todos profissionais do setor. Nossa rede ampliou nos últimos anos, mas precisamos ainda de mais engajamento e divulgação”.

O segundo problema foi a pandemia. O formulário, na época, circulava junto a pesquisas sobre a Lei Aldir Blanc, o que causava certa confusão no público. Assim, a gestão decidiu encerrar o mapeamento enquanto a pandemia estivesse em vigor. O número de adesão foi de 374 respostas.

A baixa participação preocupou, pois não foi identificado se tratava-se de falta de divulgação ou de uma percepção de que o mapeamento não era sobre si (‘eu

não sou artista, pois essa não é a minha atuação principal, então não vou responder’). Apesar de a quantidade de respostas não ser significativa, Mel destaca, por exemplo, que, em relação ao Perfil do profissional de Artes visuais, foi identificada uma falta de representatividade, visto que 90% das pessoas que responderam são brancas e 98% são cisgênero. Quanto à escolaridade, 76% possuem graduação completa.

Mel descobriu recentemente que o assunto do mapeamento é antigo. Ela, que está trabalhando para o Museu de Arte Contemporânea do Rio Grande do Sul (MACRS) e o Instituto Estadual de Artes Visuais (IEAVI), se deparou com um panfleto do ano de 2006. O material já indicava que o mapeamento era uma das prioridades daquela gestão. “Infelizmente ele nunca foi consolidado, mesmo sendo uma das instâncias do Sistema Nacional de Cultura”.